



1. Segundo entendimento consolidado derivado do FONAJE, é **INCORRETO** afirmar:
  - a) A contestação poderá ser apresentada até a audiência de Instrução e Julgamento.
  - b) É admissível pedido contraposto no caso de ser a parte ré pessoa jurídica.
  - c) A microempresa, quando autora, deve ser representada, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente.
  - d) A desistência do autor envolvendo a ação proposta dependerá de consentimento da parte contrária
  
2. Ofende a lei 9.099 a seguinte afirmação:
  - a) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência.
  - b) O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
  - c) Se genérico o pedido, será admitida sentença condenatória por quantia ilíquida.
  - d) As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.
  
3. Segundo enunciados específicos da Turma Recursal, é falso afirmar que:
  - a) Simples afirmação da necessidade de realizar prova complexa não afasta a competência do Juizado Especial, mormente quando não exauridos os instrumentos de investigação abarcados pela Lei n.º 9.099/95.
  - b) Não é viável emendar e aditar a petição inicial após a contestação.
  - c) É válida a citação da pessoa física quando a respectiva carta é entregue no seu endereço, ainda que não seja por ela recebida.
  - d) Não são indenizáveis as despesas contraídas pelas partes com contratação de advogado para defesa de seus interesses em juízo.
  
4. No Juizado Especial criminal:
  - a) Um dos objetivos principais do processo no Juizado Especial é alcançar a reparação dos danos sofridos pela vítima.
  - b) a transação penal depende de prova cabal da prática de infração de menor potencial ofensivo;
  - c) a suspensão do processo poderá ser oferecida independentemente de prévia denúncia;
  - d) caso não encontrado o suposto infrator para ser citado, os autos aguardarão em cartório informações posteriores que possibilitem encontrar o denunciado, respeitado o prazo prescricional.
  
5. Assinale a alternativa correta:
  - a) O conciliador pode presidir audiência preliminar no Juizado Especial Criminal.
  - b) No juizado especial cível não é viável a elaboração de qualquer pedido de indenização por danos morais, eis que ele sempre envolverá pedido ilíquido e incerto.
  - c) Em execução de título executivo judicial, como já houve prévio processo de conhecimento e tentativa conciliatória, é proibida a designação de audiência de conciliação.
  - d) Na ação cível, o oferecimento de resposta, oral ou escrita, dispensa o comparecimento pessoal da parte na audiência conciliatória, afastando os efeitos da revelia
  
6. Qual a alternativa contrária ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça?
  - a) É objetiva a responsabilidade civil das instituições financeiras pelos crimes ocorridos no interior do estabelecimento bancário por se tratar de risco inerente à atividade econômica.
  - b) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde.
  - c) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos contratos locatícios regidos pela Lei n. 8.245/91.
  - d) A diferenciação de preços para o pagamento em dinheiro, cheque ou cartão de crédito não caracteriza prática abusiva no mercado de consumo, estimulando a livre concorrência.

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

7. Indique a alternativa verdadeira:
- A competência do Juizado Especial da Fazenda Pública é absoluta, assim como no Juizado Especial cível.
  - A competência do Juizado Especial da Fazenda Pública é absoluta e irrestrita, englobando inclusive execuções fiscais de valor inferior a 60 salários mínimos.
  - Ações de improbidade administrativas, qualquer que seja o valor, não se incluem na competência do juizado especial da Fazenda Pública.
  - Pessoa jurídica não pode figurar como parte autora no Juizado Especial da Fazenda Pública.
8. Durante a audiência de conciliação no juizado especial cível:
- Se oferecida exceção de incompetência relativa em prévia contestação, deverá o conciliador encerrar o ato sem buscar o acordo entre as partes, submetendo a análise do caso ao magistrado;
  - Comparecendo como parte autora pessoa jurídica, poderá ela ser representada pelo respectivo advogado, acumulando as funções de preposto e advogado;
  - O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório.
  - Figurando no polo passivo menor de idade, se vier ele acompanhado de seu regular representante legal, acordo poderá ser buscado e homologado judicialmente.
9. Segundo a lei 9.099:
- O conciliador necessariamente deverá ser bacharel em Direito.
  - Viável será ao conciliador concretizar acordo em ação de alimentos no Juizado Especial cível, desde que esteja presente o representante do Ministério Público.
  - Como no Juizado Especial a assistência por advogados é facultativa, não se admitirá a qualquer das partes a viabilização de assistência judiciária por órgão instituído junto ao Juizado Especial ou por advogado nomeado pelo juízo.
  - O mandato ao advogado poderá ser verbal, exceto em relação aos poderes especiais.
10. Segundo a lei 9.099:
- Em atenção à celeridade processual, na contagem de prazo em dias computar-se-ão inclusive feriados e finais de semana.
  - É inadmissível, em qualquer caso, a participação do Ministério Público no Juizado Especial cível.
  - Não alcançada a conciliação na audiência inicial, não deverá o juiz leigo, de forma a agilizar o ato, em posterior audiência de instrução buscar a conciliação.
  - Extingue-se o processo quando reconhecida a incompetência territorial.
11. Em relação aos juizados criminais é **CORRETO** afirmar:
- Ações penais privadas não podem ser ajuizadas no Juizado Especial;
  - Ação penal pública condicionada à representação é aquela em que o Ministério Público pode oferecer a denúncia apenas após apresentadas as peças necessárias pelo delegado de polícia.
  - A suspensão do processo é viável apenas às ações penais públicas incondicionadas.
  - Se não for viável a transação penal porque o agente já a recebeu anteriormente no prazo legal, poderá ser oferecida posteriormente a suspensão do processo caso preenchidos os requisitos legais.
12. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:
- As causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

- b) A ação de despejo, em qualquer modalidade.
- c) Execuções fiscais envolvendo débitos perante os municípios.
- d) Nenhuma das anteriores está correta.

13. No Juizado Especial da Fazenda Pública, segundo a lei 12.153:

- a) São inviáveis ações que busquem a concessão de medicamentos, eis que complexas;
- b) Poderá o Município demandar como autor em ações até 60 salários mínimos;
- c) Poderá o conciliador, para fins de encaminhamento da composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia.
- d) Pedidos terão que ser elaborados até o limite de pagamento via requisição de pequeno valor, sendo incompatível com seu procedimento a expedição de precatórios.

14. Assinale a alternativa contrária aos enunciados da Turma Recursal:

- a) Para a validade do ato processual, basta a intimação do advogado ou da parte, não havendo necessidade de intimação de ambos conjuntamente.
- b) É cabível a tutela antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis.
- c) Pessoa jurídica, porque não pode figurar no polo ativo da demanda, também não pode formular pedido contraposto.
- d) Não existindo outros bens a satisfazer o crédito exequendo, possível a penhora de conta-salário no limite de 30%

15. No que concerne à resposta do réu, a sistemática da Lei dos Juizados Especiais Cíveis admite, na forma da lei 9.099:

- a) a reconvenção.
- b) que o réu formule pedido em seu favor, nos limites da competência dos Juizados Especiais Cíveis, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.
- c) apenas a apresentação de contestação escrita.
- d) contestação apenas oral.

16. Em relação ao Direito do Consumidor:

- a) Pessoa jurídica poderá se encaixar no conceito de consumidor adquirindo ou utilizando produtos ou serviços como destinatária final.
- b) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável a compras feitas pela internet diante do advento do marco civil da internet.
- c) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável às discussões sobre cobrança de tarifa de energia pela COPEL.
- d) Tendo mais de um autor a ofensa, deverá o ofendido optar pela responsabilização de apenas um deles para fins de reparação dos danos previstos nas normas de consumo.

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_